

ASPECTOS FUNCIONAIS DA ORDEM DE CONSTITUINTES
(Functional Aspects of Order of Constituents)

Erotilde Goreti PEZATTI (UNESP)
Roberto Gomes CAMACHO (UNESP)

ABSTRACT: The aim of this paper is to provide a functional interpretation for sentence word order of spoken Brazilian Portuguese (BP). According to the methodology adopted, generalisations of syntactic nature result necessarily from generalisations of semantic and pragmatic nature. The data constitute a representative sentence sampling of spoken Portuguese, drawn from interviews recorded by NURC Project. Since the functional approach considers the co-existence of different word order patterns, used in different conditions and for different purposes, this paper postulates that BP is endowed with two patterns, both equally relevant and pragmatically motivated: SVO and VSO order. It is also argued that such pragmatic motivations relate both patterns diachronically to a possible change in progress in BP typological classification that follows from a primitive VSO type to the actually prevailing SVO type.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é fornecer uma interpretação funcional para a ordem de constituintes da sentença do português falado no Brasil (PB). Segundo a metodologia aqui adotada, as generalizações de natureza sintática decorrem necessariamente de generalizações de natureza semântica e pragmática. Os dados constituem uma amostragem representativa de sentenças do português falado, extraída de inquéritos do Projeto NURC. Como enfoque funcional prevê a coexistência de diferentes padrões de ordenação de constituintes, usados em diferentes condições e para diferentes propósitos, postula-se que o PB dispõe de dois padrões igualmente relevantes: a ordem SVO e a ordem VSO, ambos pragmaticamente motivados. Argumenta-se ainda que tais motivações pragmáticas relaciona, diacronicamente, os padrões funcionais em uso a uma mudança em curso na classificação tipológica do PB de um tipo primitivo VSO para o tipo SVO atualmente predominante.

Key words: Word order; Typological Classification; SVO order; VSO order; Predication

Palavras-chave: Ordem de palavras; Classificação tipológica; Ordem SVO; Ordem VSO; Predicação.

0. Introdução

Apesar de ser um aspecto já muito investigado, a ordem de palavras na sentença é assunto que mantém ainda bem acesa a chama do interesse. De uma maneira geral, o fenômeno é pesquisado como um aspecto particular nos quadros da teoria adotada, sem que se lhe dê um tratamento mais abrangente e, portanto, mais adequado, no qual se insiram as estruturas sentenciais do português falado no Brasil. No geral, os trabalhos sobre o assunto consideram que o português brasileiro (doravante, PB) tem uma orientação básica SVO, constituindo-se os casos de ordem VS os que exigem maior atenção, justamente por se afastarem do que é considerada a ordem canônica.

Fornecer um tratamento mais adequado a respeito de ordenação de constituintes significa, para nós, relacionar dados empíricos a bases teóricas de natureza funcional, com uma metodologia que, de acordo com Dik (1981a; 1989), aborde a função dos constituintes sentenciais de modo tal que as generalizações de ordem formal, sintática, necessariamente sejam decorrentes de generalizações nos níveis pragmático e semântico. A opção pelo modelo de Dik justifica-se no fato de ser esse autor pioneiro na tentativa de propor uma teoria funcional completa, que, entretanto, ainda se acha em fase de elaboração.

Para dar conta da vocação empírica da Gramática Funcional (doravante GF), de modo que a interpretação dos fenômenos abordados acompanhe necessariamente uma seleção de dados realmente manifestados no uso, utilizaremos, como universo de pesquisa, uma amostragem representativa de sentenças do português falado, restritas a estruturas simples, tendo por base o *corpus* mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado, constituído pelos seguintes inquéritos: EF-278, DID-045 e D2-291, de Porto Alegre; EF 379, DID-328 e D2-355,

do Rio de Janeiro; EF-405, DID-234 e D2-360, de São Paulo¹; EF-337, DID-131 e D2-005, de Recife; EF-049, DID-231 e D2-098, de Salvador.

A aplicação da GF não apresenta novidade, já que o próprio Dik (1981b) interpretou a ordenação dos constituintes no Português, restringindo-se, porém, ao português de Portugal (doravante PP). Considerando o fato de que, em português, o sujeito pode ocorrer em posição pré e pós-verbal, Dik discute criticamente dois modos de explicar esse fato. De acordo com Perlmutter (1976), Sujeitos pós-verbais não são sujeitos reais, de vez que perdem suas propriedades de Sujeito mediante uma regra de rebaixamento, visão do SN pós-verbal que é compartilhada por outros pesquisadores de orientação formalista. De acordo com Brito & Duarte 1980 (*apud* Dik 1981b), Sujeitos pós-verbais são tratados como Sujeitos reais, mas a posição pré-verbal é considerada básica, sendo, portanto, necessário postular uma regra de posposição de Sujeito. Dik compartilha com Brito & Duarte a idéia de que ocorrem Sujeitos reais em posição pós-verbal; considera-a, todavia, também uma posição padrão do Sujeito em português, não sujeita a qualquer tipo de transformação.

Ainda que, no geral, sua análise inclua, sob alguns aspectos, o PB, sabe-se que há construções consideradas inaceitáveis no PP que são perfeitamente naturais no PB. Dessas diferenças resultarão conseqüências teóricas importantes, que serão discutidas posteriormente em lugar mais adequado.

A grande maioria das línguas tem diversas ordens variantes, uma das quais é a predominante; nem por isso há razão para considerá-la a única ordem básica. Sendo assim, compatível com o enfoque da GF, que prevê a coexistência de diferentes padrões a serem usados em diferentes condições e para diferentes propósitos, pretende-se postular aqui que, no PB, predominam dois padrões igualmente relevantes de ordenação. Argumentaremos, ainda, que, de uma perspectiva diacrônica, o PB se enquadra primitivamente num tipo VSO, como atesta a perenidade da construção VS, categórica em construções ergativas, apresentando, no entanto, uma forte tendência evolutiva para SVO.

¹ Com relação a São Paulo, vale observar que foram considerados, além dos inquiridos do corpus mínimo do PGPF, os que foram publicados em Castilho & Preti (1986; 1987) e Preti & Urbano (1988).

Ao assumirmos uma abordagem funcional da ordenação de constituintes, não postulamos que o português falado tenha necessariamente uma única ordem básica. Não apenas falta razão empírica para esse postulado, como também não há razão teórica, nos quadros da GF, para adotá-lo. Esse princípio não implica favorecer o extremo oposto e, daí, fornecer uma enumeração de todas as ordenações de constituintes que se atualizem no uso. O que se pretende, então, é tentar explicar a ordenação de constituintes em termos de alguns princípios gerais com validade trans-sistêmica, que se apliquem ao português falado.

Espera-se então que, além de abrangente, seja esta abordagem também tão exaustiva quanto possível e coerente com o quadro teórico que a sustenta. Nesse caso, não descartamos a possibilidade de haver análises alternativas, cuja validade e pertinência não pretendemos discutir. Forçados que somos a admitir que quadros teóricos alternativos produzem análises alternativas, muitas vezes incompatíveis, temos consciência de que, por qualquer critério de avaliação, a validade de qualquer interpretação é fato indiscutível, se for coerente com os pressupostos que a norteiam.

1. Fundamentos teóricos: a ordem de palavras na GF

Para tratar adequadamente dos objetivos deste trabalho, conforme exposto acima, cabe, a título introdutório, discutir alguns princípios fundamentais da GF de Dik (1981a e 1989) a respeito de ordenação.

A estrutura abstrata de oração, subjacente às expressões lingüísticas, é considerada não ordenada ou, pelo menos, a ordem de apresentação na estrutura subjacente não é diretamente relevante para a ordem linear em que os constituintes aparecem atualizados nas expressões lingüísticas. As estruturas subjacentes são vistas como estruturas relacionais em que o estatuto dos constituintes é codificado em seus rótulos funcionais, sendo as diferenças de escopo codificadas por meio de parentetização; o mesmo é válido para a estrutura dos termos.

Para se chegar às expressões lingüísticas, regras de colocação atribuem posições aos constituintes da estrutura subjacente na seqüência linear em que eles são atualizados. Segundo Dik (1989), tais regras devem ser consideradas como parte do componente de expressão da GF,

isto é, a ordem dos constituintes serve como um dos meios através dos quais relações e funções da estrutura subjacente podem ser formalmente expressas. Considerar regras de colocação como um mecanismo de expressão equívale a postular teoricamente a funcionalidade da ordenação de constituintes, de modo que ordens alternativas podem expressar certas distinções nas estruturas subjacentes.

Outro princípio geral a considerar é que, à luz do postulado de que uma GF deve evitar transformações de qualquer tipo, as regras de colocação não movem um constituinte de uma posição a outra. Ao contrário, designam uma posição a constituintes que não teriam ainda um lugar e, assim, adicionam o traço de ordenação a estruturas subjacentes não ordenadas. O impedimento de regras de movimento tem uma importante conseqüência: uma vez que tenha sido atribuída uma posição a um constituinte, ele não pode ser movido para qualquer outra na seqüência. Isso significa que todas as diferenças, tradicionalmente descritas em termos de reordenação, inversão, permuta, posposição etc. devem ser tratadas como colocações alternativas que são sensíveis, por sua vez, a diferenças na estrutura subjacente da oração.

Outro princípio interligado aos anteriores postula que a ordenação de constituintes não é uma propriedade profunda das línguas naturais, mas um mecanismo de expressão superficial que, em maior ou menor grau, pode ser empregado para codificar relações subjacentes em seqüências atualizadas. Esse princípio tem conseqüências relevantes: 1. não sendo uma propriedade profunda, as estruturas subjacentes de oração das diferentes línguas não diferem necessariamente na ordenação dos constituintes, o que adiciona uma validade trans-sistêmica para a noção de estrutura subjacente e para a adequação tipológica da teoria; 2. não há razão para postular-se uma única ordem básica para uma determinada língua; o que há é a coexistência de diferentes padrões a serem usados em diferentes condições e para diferentes propósitos; 3. não há uma separação entre línguas de ordem relativamente livre e relativamente fixa: nas chamadas línguas de ordem livre, sob o ponto de vista da GF, as regras de colocação veiculam uma carga funcional menor na expressão das relações subjacentes relevantes.

A propósito dos padrões funcionais, Dik (1989) se reúne aos que criticam o fato de que os seguidores de Greenberg tenderam a empregar

rótulos como VSO, VOS e SVO como se fossem nomes de tipos lingüísticos holísticos, supostamente unificados, quando o próprio Greenberg afirma que "the vast majority of languages have several variant orders but a single dominant one" (1963:76). Além disso, Dik considera que essa tricotomia se neutraliza no fato de que línguas SVO, em contraste com os dois outros tipos, não constituem um tipo unificado e que se podem inferir poucas correlações de ordem de constituintes a partir do conhecimento de que uma língua tem ordem SVO (1989).

Esse comportamento característico das línguas SVO é que torna pouco operacional a simplificação de Vennemann (1973) e Lehmann (1973), que reduzem todos os padrões de ordenação possíveis a dois apenas: VO e OV. Essa redução implica que o parâmetro fundamental é a ordem do verbo e do objeto, já que, para esses autores, o verbo é central nas línguas humanas e sua combinação com o objeto - o argumento interno - é a construção básica, tendo menor importância a posição do sujeito - o argumento externo. Dik considera, a esse respeito, que se a oposição VO-OV for tomada como um princípio explanatório, apenas aproximadamente 50% de todas as línguas se enquadrariam numa ou noutra classe. As demais seriam misturas desses tipos ou estariam em curso de mudança de um para outro tipo. A principal razão disso é, uma vez mais, que SVO não é um tipo unificado e, portanto, não pode juntar-se ao tipo VSO .

A idéia básica subjacente à visão que tem a GF da ordem de constituintes é a de que os padrões manifestos que se encontram nas línguas diversas resultam de três forças principais interagindo entre si com certo grau de tensão: (i) a preferência por manter constituintes com a mesma especificação funcional invariavelmente na mesma posição estrutural; (ii) a preferência por atribuir certas posições específicas - particularmente, a posição inicial da oração - a certas categorias gramaticais e a constituintes na função de Tópico ou de Foco; (iii) a preferência por uma ordenação de constituintes da esquerda para a direita conforme o grau crescente de complexidade categorial: a posição mais favorável a um pronome é antes de um SN e a de uma oração subordinada, após quase todos os demais constituintes. Para dar conta de (i), a GF estabelece um ou mais padrões funcionais que definem as posições que podem assumir os constituintes de um estatuto funcional dado; para dar conta de (ii), adiciona certas "posições especiais" a esses padrões funcionais e fornece regras que especificam qual o tipo de

constituente que pode ser colocado nessas posições especiais e sob que condições; já a preferência em (iii) se traduz em termos de princípios universais de ordenação (Dik, 1981a).

Assim, a teoria de ordenação de constituintes da GF, brevemente resenhada acima, sustenta que cada língua tem um ou mais padrões funcionais, conforme o esquema geral em (1).

(1) P2, P1 (V) S (V) O (V), P3²

As regras de colocação inserem os constituintes da predicação subjacente em suas respectivas posições nesse esquema e nenhum movimento subsequente é permitido, uma vez que um constituinte tenha obtido sua posição na estrutura. P2 e P3 são as posições reservadas, respectivamente, para Tema (*Theme*) e Antitema (*Tail*), sendo que as vírgulas indicam pausas entoacionais.

Os termos *Tema* e *Antitema* são empregados para designar os constituintes interpretados na literatura como deslocamento à esquerda e à direita respectivamente. Na GF, tais constituintes não devem ser considerados como partes da predicação propriamente dita, mas como constituintes que a precedem ou a seguem, estando com ela conectados por razões pragmáticas. Conforme o estatuto pragmático, o constituinte Tema deve apresentar um domínio ou universo discursivo em relação ao qual é relevante enunciar a predicação subsequente, enquanto o constituinte Antitema deve apresentar um pensamento ulterior (*afterthought*) à predicação, informação especificada para esclarecê-la ou modificá-la, em relação a algum constituinte nela contido³. Quanto à predicação propriamente dita, são relevantes as duas funções pragmáticas

² Os parênteses indicam aqui posição variável do constituinte V; mais adiante, voltaremos a empregá-los para constituintes, como O, que podem vir ou não a ocorrer, conforme exige a valência do verbo. Outro aspecto é que SV(O) ou VS(O) são esquemas estruturais que incluem também construções com cópula.

³ Convém explicitar que, na GF, *Antitema* traduz o que Tarallo & Kato chamam de *Antitópico*, que é o resultado de uma regra de inversão livre, em que "o sujeito é um pronomine resumptivo zero, anafórico de um SN em posição adjunta a S, não-argumental" (1989: 30). A despeito da diferença de terminologia, o Antitema é também uma posição não-argumental e, portanto, adjunta a S, em termos gerativos. Conforme sugestão contida em Pezatti (1992), traduzimos por *Antitema* o termo *Tail*, de Dik, que além de representar posição não-argumental, como o Tema, o SN que ocupa essa posição final de adjunção a S realiza uma função oposta à exercida pelo SN na posição de Tema.

de Tópico e Foco. Um constituinte com função de Tópico apresenta a entidade sobre a qual se faz uma predicação, enquanto o constituinte com função de Foco apresenta a informação relativamente mais importante ou saliente da predicação, com respeito à informação pragmática do Emissor e do Receptor.

Assim, entre as vírgulas, encontram-se os possíveis padrões para a oração propriamente dita, que constitui uma predicação completa, conforme o esquema *Tema, Predicação, Antitema*. As regras de colocação determinam, em primeiro lugar, que constituintes devem ou podem ir para a posição P1: verifica-se, primeiramente, se há algum constituinte-P1 na predicação, como palavras-Qu, pronomes relativos e conectores subordinadores. Se nenhum constituinte desse tipo estiver presente, então, podem ser colocados na posição P1 constituintes com função de Foco ou de Tópico. Aplicadas as regras de P1, todos os demais constituintes da predicação assumem as respectivas posições estruturais, indicadas por S, O, V e outros símbolos possíveis, como X, usados especialmente para indicar posições de satélites.

Algo muito próximo de um preenchimento de todas as posições previstas no esquema em (1) seriam sentenças como (2); conforme explicitado acima, S é levado, em virtude de sua propriedade tópica, para a posição P1.

(2) No Brasil, ele evoluiu muito, o teatro.
 P2, P1/S V X P3

2. O padrão funcional VSO

Como foi exposto anteriormente, apresentaremos, em primeiro lugar, evidência empírica e funcional para o padrão de ordenação de constituintes, tal como demonstrado em (3).

(3) P2, P1 V S (O), P3

Postulamos que esse padrão se mostra adequado para dar conta de estruturas sentenciais do PB, com a configuração V+SN, muito discutida na literatura como posposição de sujeito. Acreditamos que a perspectiva funcionalista adotada na análise que segue explica satisfatoriamente o fenômeno.

No esquema de (3), P2 e P3, conforme explicitado anteriormente, são as posições reservadas, respectivamente, para Tema e Antitema, sendo que as vírgulas indicam pausas entoacionais. Convém reafirmar que P2 é a função extra-oracional Tema, geralmente tratada, na literatura, como Tópico. Entre as vírgulas encontram-se os possíveis padrões para a oração propriamente dita, que constitui uma predicação completa.

Considerando-se que há casos em que não há razão pragmática para se colocar o Sujeito em P1, já que ele não tem função de Tópico, a posição P1 permanece vazia, ou é preenchida com outro elemento compatível com ela, como em (5c), em que P1 é preenchida por um constituinte Foco. Os casos que se incluem tipicamente nesse padrão dizem respeito às construções ergativas com verbos existenciais e apresentacionais, como em (4a-b) e (5a-c), respectivamente, que exibem, portanto, o padrão P1 V S.

- (4) a. existem bairros sem água (D2-RE-05)
- b. não existe passado, presente e futuro (EF-SP-124:58)
- (5) a. veio um preto de quase dois metros de altura (DID-SP- 208:96)
- b. saíram uns, uns temperos mais, mais novos (D2-POA-355)
- c. aqui entra o meu ponto de vista (EF-POA-278)

Podem ser incluídas também nesse padrão outras construções ergativas, como as de (6a-d).

- (6) a. cabia um ovo de galinha (DID-SP-308:100)
- b. aumenta o perigo, aumenta o controle (D2-SP-343:60)
- c. expirou o prazo (D2-SP-360:152)
- d. morreu um colosso de gente aqui em São Paulo (D2-SP-396:216)

Nessas construções, relata-se freqüentemente em categorizar como Sujeito o SN em posição pós-verbal, alegando-se, como o faz Kato, que "o SN à direita do verbo é um objeto direto não-acusativo, que pode alçar-se para a posição de sujeito, originariamente uma categoria vazia não-referencial (= um pro expletivo)" (1987:243). Seguem essa orientação Berlinck (1989), Decat (1989) e Tarallo & Kato (1989). Para a GF, no entanto, não há qualquer relutância em categorizar esse SN

posposto como Sujeito real. Sendo assim, aplica-se o seguinte padrão para uma sentença, como (6c):

(6c) Ø expirou o prazo
 P V S
 1

O esquema postulado em (3) dá conta de uma ordenação praticamente categórica no PB, fato que o justifica plenamente. Esse padrão dá conta ainda de outras construções como (7-9). A vantagem, nesse caso, é que o enfoque funcional adotado é compatível com as exigências de generalidade.

- (7) a. onde é que estão os economistas? (EF-POA-278)
 b. sabe quanto é que está saindo o meu financiamento mensal? (D2-RJ-355).
- (8) a. Aqui é adverso o clima para ele. (D2-SP-360:156)
 b. Hoje está todo mundo louco. (DID-SP-234:112)
 c. Ali moram os meninos. (Tarallo & Kato, 1989).
- (9) Cem mil cruzados faturou nossa barraca. (Votre & Naro, 1986)

Essas construções, que se enquadram perfeitamente no esquema postulado em (3), são analisadas como casos de V-FRONT por Kato (1987) e Tarallo & Kato (1989). Nessa análise, o verbo é anteposto ao sujeito (V-FRONT) e esse movimento é desencadeado por algum elemento em COMP, posição ocupada por elementos focais como palavras-QU em (7a-b), advérbios dêiticos em (8a-c) ou ainda SNs em (9). Na GF, COMP nada mais é que a posição especial P1, não havendo necessidade de deslocamento de qualquer constituinte, uma vez determinada sua posição na estrutura da sentença. Desse modo, as construções contidas em (7-9) se enquadram perfeitamente no padrão geral exposto acima em (3), já que a posição P1 ora é ocupada por um constituinte-P1, ora por um constituinte com função de Foco ou de Tópico. O mesmo se pode dizer com relação à sentença existencial em (10).

- (10) então realmente lá tem aquelas noites prateadas (D2-SP-62:64)

Em todos os casos de (7-10), o constituinte colocado em P1 exerce função de Foco. Observe-se que essa função é duplamente marcada em (7a-b): além de palavra-QU, há um marcador específico, muito comum no PB, expresso por uma clivagem com a expressão fixa *é que*. Parece haver, então, fortes razões para considerar que, nem sempre que Foco ocupar a posição P1, há motivo para que o Sujeito seja alocado na posição pré-verbal.

Outra construção denominada V-FRONT se refere à ordem VS com verbos não-ergativos, em que o sujeito é indefinido como em (11a). A explicação é a mesma para construções com verbos *dicendi*, como a grifada em (11b), em que o SN pós-verbal representado pelo dêitico pessoal é obviamente definido.

(11) a. Telefonou um cliente. (Tarallo & Kato, 1989)

b. normalmente existe...acredito eu...um colegiado (DID-RE-131)

Uma análise formalista necessita admitir que há necessariamente um elemento em COMP, considerado, neste caso, a categoria Flexão não manifesta. Para Tarallo & Kato (1989:29), "o efeito funcional dessa regra em português é que o sujeito nessa nova posição passa a ser naturalmente interpretado como parte do foco da sentença".

Na análise funcionalista aqui adotada, todo o predicado é de fato informação nova e, nesse caso, não há razão funcional alguma para preencher a posição P1, destinada primordialmente a Foco e secundariamente a Tópico. Dito em outros termos, o SN *um cliente*, além de não ser tópico, não constitui sozinho o Foco, não podendo, por isso, ocupar a posição P1, destinada a constituintes com função pragmática marcada.

Como toda a sentença constitui informação nova, adotaremos, para estruturas de (10), como também para as construções ergativas de (4-6), a denominação de *frase-comentário*, proposta por Pezatti (1992). Nessa subclasse de construção VS, o verbo e seu único argumento constituem uma unidade fechada que, ao descrever um estado de coisas, não especifica qualquer elemento como Tópico, ou seja, como o constituinte da predicação sobre o qual se afirma alguma coisa.

Observe-se a interpretação alternativa, sugerida pelo enfoque que adotamos, para duas estruturas sentenciais diferentes, contidas em (12a-b) em que, o constituinte *aqui*, na perspectiva de Tarallo & Kato (1989: 22), recebe as funções de Foco e de Tópico respectivamente.

- (12) a. Aqui dormem as crianças.
 b. Aqui, as crianças não dormem.

No primeiro caso, o esquema interpretativo é P1 V S. Como na GF, o constituinte na posição inicial é Foco, as duas interpretações coincidem. Entretanto, observe-se que em (12b), nosso enfoque interpretativo postula uma posição P2 para o primeiro constituinte, que é seguido de pausa entonacional, conforme o esquema P2, P1/S V O, em que P2 é Tema, não Tópico ou Foco, aos quais seria reservada a posição P1, para onde vai o Sujeito.

Além dos casos acima discutidos de ordenação de constituintes no português falado do Brasil, o padrão descrito em (3) permite dar conta de outras estruturas especiais, comumente denominadas Construções de Tópico (CTs), observadas especialmente em Pontes (1987). Nessa obra, chama-se a atenção para um tipo de estrutura muito recorrente no PB, em que o SN anteposto ao verbo se comporta como um sujeito, provocando inclusive em alguns casos a concordância verbal. São estruturas como as exemplificadas em (13).

- (13) a. O meu carro furou o pneu.
 b. O Carlos André cresceu o nariz.
 c. A Sarinha tá nascendo dente.
 d. O jasmim amarelou as pontas.
 f. Essa torneira aí não sai água?
 g. Essa janela não venta muito. (Pontes, 1987:35)

Estruturas como essas são similares às construções ergativas com verbos de processo, como (6b-d); o que as difere é que as sentenças contidas em (13a-g) manifestam também um constituinte com função de Tópico ocupando a posição P1; o constituinte Sujeito, por seu lado, permanece em sua posição pós-verbal, categórica nessa modalidade de construção, conforme o esquema para (13a).

- (13)a.O meu carro furou o pneu P1 V S

3. O padrão funcional SVO

Como vimos, o padrão P1 V S (O) dá conta da ordenação V+SN, uma vez que, em todos esses casos, não há razão pragmática para colocar o Sujeito na Posição P1, que é, desse modo, deixada vazia, ou é preenchida por algum outro constituinte com função de Foco ou de Tópico. Se isso é verdadeiro para essas construções, então também o é, *mutatis mutandis*, para os casos opostos de ordenação: as construções SN+V serão vistas agora como casos em que se coloca o Sujeito em P1, em virtude de ter função de Tópico.

Uma mesma sentença pode conter ao mesmo tempo as funções de Foco e de Tópico, como ocorre em (14), construção com verbo existencial em que o sujeito topicalizado encontra-se em posição não-marcada, que é obviamente pré-verbal e o Foco, incidindo sobre o dêitico *hoje*, permanece na posição P1.

(14) hoje isso não existe (D2-RJ-355)

A sentença (15), por seu lado, embora pareça manter um comportamento sintático similar a (14), tem a posição de Sujeito preenchida por um dêitico pessoal no papel de indeterminador, que não exerce função tópica. O esquema funcional que se aplica a ambos os casos é P1 S V (O).

(15) hoje você paga o dobro ou o triplo (D2-RJ-355)

O português tem sido considerado uma língua SVO, como já se afirmou no início deste trabalho. Essa ordem, predominante em orações com verbos transitivos (16), intransitivos (17), e cópulas (18), é decorrente de um padrão primitivo P1 V S (O), em que o constituinte Sujeito, quando em função de Tópico, passou a ser colocado na posição P1, própria para essa função quando não há nenhum outro constituinte-P1 na predicação.

(16) Mackenzie criou cursos técnicos de...de grau superior (D2-SP-62:84)

(17) a::produção cresceu muito...(EF-SP-153:94)

(18) a igreja é clara (EF-SP-405:54)

Disso resultou um novo padrão funcional, para dar conta dessa tendência de topicalização do Sujeito, vigente atualmente no PB, conforme se apresenta em (19).

(19) P2, P1 S V (O), P3

Assim a oração considerada mais neutra em português tem a estrutura SV(O), sendo que esse S ocupa, na verdade, a posição de Tópico. Deste modo, as sentenças de (16-18) acima são mais bem descritas com o padrão P1/S V O. O esquema apresentado em (19) explica também outras estruturas predominantes, como demonstramos mais abaixo.

Há uma diferença muito relevante entre a interpretação que aqui fazemos dos dados do PB e a que fez Dik (1981b) dos dados do PP. Em sua análise, Dik entende que somente o constituinte Sujeito pode ser colocado na posição P1, sendo atribuída a função Tema a todos os demais constituintes que podem aparecer na posição inicial da oração. Essa interpretação se fundamenta nas construções em que, além de Tema, haja um clítico anafórico com atribuição de Caso, como se observa em (20). Nesse tipo de construção, subtraído o Tema em P2, a predicação, como se vê, fica completa.

(20) Esse filme, o João viu-o ontem (Dik, 1981-b:170).

Essa interpretação, no entanto, não se aplica igualmente ao PB, em que construções como (20) são raríssimas, ocorrendo mais comumente na modalidade escrita e nos registros falados mais formais. O mais aproximado de uma construção como (20) é (21), em que há, no lugar do clítico, um pronome tônico de caso nominativo, representando a função de Objeto na predicação.

(21) Esse filme, o João viu ele.

O esquema que melhor interpreta (21) é P2, P1 S V O, em que P1 é deixada vazia, uma vez que o constituinte na função de Tópico é o Objeto, representado aí pelo pronome correferente ao Tema; o Sujeito, que, nesse caso específico, representa a função semântica de ponto de vista da predicação, não converge, em termos estruturais, com a posição P1, já que não é Tópico.

Considerando que P1 faz parte da predicação, diferentemente do Tema, somos então naturalmente levados a interpretá-la como uma posição especial para constituintes com a função pragmática de Tópico e de Foco, das mais diversas funções sintáticas, conforme, aliás, já observado por Braga (1986), e que se pode verificar, por exemplo, em (22a-c). Nessas construções, em que P1 é ocupada respectivamente por constituintes na função de Objeto Direto, de Objeto Indireto e Adjunto Nominal, o esquema que se aplica é P1 S V (0).

- (22) a. esse eu não vi (D2-SP-333:252)
 b. "Caiu o Ministério" eu gostei bastante (DID-SP-234:104)
 c. a última eu não lembro o nome (DID-SP-234:104)

Por outro lado, é também possível aplicar a estrutura *Tema, Predicação* a construções comumente denominadas "anacoluto" (Pontes, 1987), como em (23-24).

- (23) a. o gado de leite ele é muito mais delicado (DID-SP)
 b. o gado de corte a raça base é o zebu (DID-SP-18:28)
 c. filme eu gosto mais de comédia (DID-SP-234:104)

- (24) a. mercado de capitais existem alguns (D2-SP-62:80)
 b. elementos técnicos tem campo para eles (D2-SP-62:84)

Em (23a-c), aplica-se o esquema P2, P1/S V (O), visto que o Sujeito exerce função de Tópico na predicação, sendo às vezes correferente ao Tema, como ocorre em (23a); já em (24a-b), a posição P1 fica vazia e o Sujeito permanece na posição pós-verbal, conforme é comum ocorrer em construções com verbos existenciais.

Outro caso de estrutura *Tema, Predicação*, comum no PB, se refere às construções contidas em (25a-c), em que o constituinte colocado na posição mais à esquerda do Verbo é um Sintagma Adverbial (SAdv).

- (25) a. em Paris você vê a Vênus de Milo (DID-SP-137:76)
 b. na Itália nós sentimos muito (a desorganização) (DID-SP-137:84)
 c. em Poços de Caldas você sabe lugar pequeno o pessoal vai mesmo muito mais a cinema (DID-SP-234:112)

O SAdv, nesse caso, é um constituinte não-argumental, chamado satélite por Dik (1981a, 1989), que, reconhecendo a diferença no estatuto argumental dos constituintes da predicação, introduz em seu modelo três níveis de representação, o da predicação nuclear (*nuclear predication*), em que se inserem os argumentos, e os da predicação central (*core predication*) e predicação estendida (*extended predication*), em que se inserem os satélites. É óbvio que o satélite tem relevância funcional e é, em razão disso, que esta análise inclui o nível da predicação estendida.

Há, por outro lado, construções em que o satélite ganha estatuto funcional de Foco, como ocorre em (26a-b). (26a) apresenta inclusive dupla marcação formal, a clivagem e o advérbio de exclusão *só* (Ilari *et al.*, 1990); (26b) é um caso de Foco contrastivo, função exercida por *aqui em São Paulo*. Nesses casos, em que faz parte da predicação, o satélite deve ocupar a posição P1.

- (26) a. através de jornais só que o teatro é divulgado (DID-SP-234:116)
 b. em Campo Grande foi no teatro da cidade agora aqui em São Paulo elas foram apresentadas...no Teatro Rui Barbosa da Universidade Mackenzie (DID-SP-161:48)

O esquema interpretativo que se aplica às sentenças contidas em (25) e (26) é, como se vê, P2, P1 S V (O).

Como é possível observar, a ordenação de constituintes no PB segue regras muito complexas e variadas de colocação, fortemente marcadas por razões pragmáticas. São essas razões que motivam a inserção de constituintes em posições extra-predicacionais, como Tema e Antitema, e em posições predicacionais, como Foco e Tópico.

4. Palavras finais: conseqüências teóricas

Dados diacrônicos sugerem um progressivo "enrijecimento" da ordem SV, que, com exceção de construções com verbos existenciais, passou a dominar, aos poucos, os contextos antes compartilhados com a ordenação VS, conforme se observa em Berlinck (1989). A linha central do processo, conforme propõe a autora, é a passagem de uma orientação funcional, antes definida pelo estatuto informacional do referente do SN, para uma orientação formal, definida, agora, pelo tipo de predicado

verbal. Suas observações convergem para um mesmo ponto, o desaparecimento de pronomes clíticos em função de Objeto.

Esse aspecto é também muito valorizado na análise de Decat (1989). Diferentemente de Berlinck, Decat comparou dados da situação atualmente vigente com dados diacrônicos, abordando, especialmente, as Construções de Tópico (CTs), tal como analisadas por Braga (1986) e Pontes (1987). Observa a autora que predomina, no *corpus* diacrônico, a presença de clíticos como correferentes das CTs, em relação à presença de não-clíticos e que a principal diferença entre os dados sincrônicos e os diacrônicos aponta para a seguinte direção: como as CTs provocam naturalmente uma inversão na ordem dos constituintes, sua tendência é desencadear correferência preferencialmente com clíticos, nos dados diacrônicos, que ainda permanecem na língua escrita, em decorrência da necessidade de tornar visíveis as funções temáticas.

Conforme já transparecia nos dados discutidos por Braga e Pontes, foi-se perdendo essa função dos clíticos de visibilizar as funções temáticas, em conseqüência do enfraquecimento progressivo do sistema de casos da língua. Desse modo, o clítico acusativo passa a ser substituído por um pronome de caso nominativo ou é suprimido, ocasionando os casos de anáfora zero. Em conseqüência desse processo, as CTs configuram uma ordem intermediária TVO para o português, conforme postula Vennemann (1973), antes de se enquadrar na tipologia SVO. Decat conclui que, da ordem SOV do latim clássico, o português chegou à ordem SVO das línguas românicas, passando antes pela fase TVO.

A análise fornecida por Decat considera que é o Tópico que vai para uma posição vazia de sujeito. Nossa análise para esse caso conduz a uma direção coincidente, mas formalmente contrária: diacronicamente o constituinte Sujeito é que foi ocupando a posição P1, quando em função de Tópico. Em sentenças fornecidas pela própria Decat, como (27), e consideradas por ela como uma sentença declarativa comum, isto é, sem Tópico, o constituinte pré-verbal é, em nossa análise, Sujeito e Tópico, havendo aí coincidência entre as duas funções.

(27) O menino leu o livro. (Decat, 1989:135)

Em nossa interpretação, com efeito, o PB continua em uma fase de transição, cuja direção parece apontar para uma consistente ordenação P2, P1 S V O, que se explica da seguinte forma. No nível da predicação, em que a cabeça é o verbo, o português é considerado uma língua tipologicamente posposicional, do tipo P1 V S O (Dik, 1989). Em línguas posposicionais, a reinterpretação de P1 como a posição básica de Sujeito conduz a um novo padrão S V O. Como P1 é considerada uma posição universalmente relevante, deve-se adicionar uma nova posição P1, criando-se o padrão P1 S V O. Foi justamente esse processo de reinterpretação que ocorreu no PB: nas sentenças em que o Sujeito/Tópico ocupa a posição pré-verbal, esta pode ser considerada pragmaticamente não-marcada.

Observe-se, além disso, que, para Greenberg (1963), as línguas VSO sempre têm SVO como uma ordem alternativa, estando, por isso, intrinsecamente sujeitas a certa pressão para evoluírem para SVO. O fato de que somente línguas com verbo em posição inicial são sensíveis ao processo de reinterpretação de P1, conforme discutido acima, é um forte argumento para a análise desenvolvida aqui a respeito do PB.

Uma consequência teórica importante, que se deduz dessa hipótese, é que, com o já atestado desaparecimento dos clíticos, o português necessitou reestruturar-se, marcando o caso sintático por meio da ordem de palavras; desse modo, a posição pré-verbal está se tornando uma marca formal para o Sujeito e a posição pós-verbal, uma marca formal para Objeto. A respeito disso, podem-se discutir alguns casos especiais, que parecem indicar a transição de um padrão funcional para outro.

Um deles é a emergência de estruturas "especiais" no PB como (28), em que a concordância é engatilhada pelo Tópico, interpretado como Sujeito, por estar na posição pré-verbal.

(28) Minhas gavetas não cabem mais nada. (Decat, 1983:21)

Observe-se que essa mesma interpretação se aplica a estruturas como (29), em que o sujeito da predicação encaixada atua como se fosse sujeito do verbo mais alto, com o qual mantém concordância número-pessoal, sendo o complemento expresso por um infinitivo não-flexionado.

(29) As crianças parecem estar cansadas.

Perlmutter (1976) interpretou essa sentença como derivada da estrutura subjacente (30), mediante alçamento de sujeito, com a ressalva de que somente sujeitos pré-verbais podem ser submetidos a essa regra.

(30) Parece que as crianças estão cansadas.

Em (28), um constituinte satélite é colocado em P1, posição ocupada geralmente pelo Sujeito quando Tópico, parecendo receber uma espécie de promoção. Em (29), o processo é o mesmo, com a diferença de que o constituinte Sujeito da oração encaixada é promovido à posição de P1 na oração principal. Trata-se, nos dois casos, de um constituinte com função de Tópico.

Fenômeno similar, numa imagem especular, concerne a construções V+SN, em que a ausência de concordância com o verbo indica uma reinterpretação do SN sujeito como objeto, exatamente devido à posição pós-verbal, que vem configurando, então, posição marcada de objeto, como se observa em (31)

(31) falta elementos técnicos (D2-SP-62:84)

Outro indício da transição de um padrão para outro é a perda progressiva do chamado parâmetro do sujeito nulo, tendência, que se vem notando no português falado contemporâneo, de preencher a posição pré-verbal com algum elemento vazio, muito próximo, sintaticamente, de um elemento expletivo, típico de línguas de sujeito não-nulo, como o inglês e o francês, que necessitam preencher a posição de sujeito. Evidência empírica de que a posição vazia de sujeito já não é tão produtiva foi fornecida por Tarallo (1983, *apud* Kato & Tarallo, 1986). Seus dados diacrônicos mostram que o padrão dominante é sujeitos vazios e objetos preenchidos; já os dados sincrônicos indicam o oposto: os sujeitos passam a ser preenchidos e os objetos é que se tornam vazios. Como não é uma mudança completa, o processo permanece variável.

Esse fenômeno se difunde em várias partes do sistema gramatical, como se observa, por exemplo, em construções que parecem substituir os casos tradicionais de indeterminação de sujeito. Observem-se os exemplos (32a-b).

- (32) a. eu posso representar graficamente (EF-POA-278)
 b. tu sente(s) a pimenta, o gosto da pimenta (D2-POA-278)

Nesses casos, as formas grifadas não se referem às pessoas do discurso, contextualmente determinadas, de modo tal que as duas sentenças poderiam ser parafraseáveis, respectivamente, como (33a-b).

- (33) a. pode-se representar graficamente
 b. sente-se a pimenta

Está claro que, de qualquer modo, atua concomitantemente um processo de centração dêitica segundo o qual o preenchimento da posição de sujeito se faz mediante pronomes referentes aos participantes do ato de fala. Quando esse processo de centração dêitica não atua, o preenchimento, nos casos de indeterminação, submete-se à pressão de pontos mais baixos de uma hierarquia de animacidade, mediante o emprego de mecanismos lexicais que indicam traços de genericidade, conforme se observa em (34) (Camacho, 1994).

- (34) Um indivíduo não tem condições...de resolver: todas aquelas questões (DID-RE-131)

Um caso ainda mais explicativo, que parece favorecer a interpretação de expletivo para o constituinte ocupando a posição de sujeito numa construção de indeterminação, é o que se observa em (35), em que a forma grifada não é correferencial de nenhuma outra no contexto verbal, nem se refere a pessoa alguma da situação discursiva.

- (35) *Doc.* e como é que a senhora acha que é elaborada uma peça de teatro antes dela ser apresentada?
Inf. ah aí você pegou porque eu não sei não como é elaborada?...deve ser como na televisão eles preparam o o o:...o a peça...(DID-SP-234:108)

A forte proeminência das pessoas do discurso, vinculada a essa tendência de preenchimento formal da posição de sujeito, fornece, às vezes, formas alternativas, como (36a), para construções apresentacionais, que, por definição, deveriam ter o sujeito na posição pós-verbal, como a paráfrase contida em (36-b).

- (36) a. são as deficiências de tudo quanto é cidade desse país youê tem problemas básicos não acredito que haja problemas de abastecimento (D2-RE-05).
 b. tem (há) problemas básicos

Essa direção, que aponta para o desaparecimento do clítico indefinido *se* e conseqüente substituição por formas lexicais ou pronominais, encaixa-se na tendência geral, já mencionada, de um fenômeno mais abrangente no PB que é o desaparecimento dos clíticos, conforme observado também em Kato & Tarallo (1986).

Uma pergunta que se coloca naturalmente é se, também em termos tipológicos, o PB deveria enquadrar-se na classe de línguas VSO, ou SVO, como se sustenta comumente na literatura. Vamos considerar essa questão, interpretando-a a partir de outros parâmetros tipológicos, vinculados à ordenação de constituintes.

Considerando-se a tipologia com base na ordenação de constituintes de Greenberg (1963), observa-se que esse autor arrola 24 tipos logicamente possíveis de línguas, baseando-se na combinação de quatro parâmetros, que vale repetir aqui: 1. o da ordem de constituintes sentenciais: VSO/SVO/SOV; 2. línguas com preposições (Pr) e línguas com posposições (Po); 3. ordenação entre o núcleo nominal (N) e o genitivo (G): NG/GN; 4. ordenação entre o núcleo nominal (N) e o adjetivo (A): NA/AN. Dessas 24 possibilidades lógicas, a amostragem de Greenberg atesta realmente 15. Nota-se, contudo, que, ao final, em apenas quatro tipos, é possível serem enquadradas muito mais línguas que em qualquer um dos onze restantes, conforme se observa em (37).

- (37) a. VSO/Pr/NG/NA
 b. SVO/Pr/NG/NA
 c. SOV/Po/GN/AN
 d. SOV/Po/GN/NA

Observe-se, então, que, em relação aos parâmetros não-sentenciais, o português se incluiria na classe das línguas Pr/NG/NA, compatível com os dois padrões funcionais aqui descritos para o PB, VSO e SVO. Se considerarmos ainda outras generalizações, verifica-se que, dos quatro tipos, com exceção da posição do sujeito, os tipos *a* e *b* são idênticos. Essa espécie de generalização, que considera a ordem do sujeito

irrelevante, elaborada por Lehmann e Vennemann, já mencionada anteriormente, conduziria a uma convergência entre os tipos *a/b* e *c/d*, fornecendo, respectivamente duas classes tipológicas: VO/Pr/NG/NA e OV/Po/GN/AN (Comrie, 1989).

Se considerarmos que os tipos são tendências universais, não absolutas, não parece destituído de evidência empírica enquadrar o português, incluindo aí o PB e o PP, numa tipologia VSO, principalmente tendo em vista que as variações detectadas em diversos setores da gramática apontam para uma fase de transição cujas mudanças ainda não se completaram. Acrescente-se a isso que, enquanto, segundo Comrie (1989), a existência de ordem com o verbo em posição inicial ou do tipo SOV parecem correlacionar-se fortemente com vários outros parâmetros tipológicos de ordem de constituintes, a existência da ordem SVO não parece se correlacionar particularmente com nenhum outro. Em outros termos: saber que uma língua é VSO ou VOS permite-nos prever seu valor em relação a outros parâmetros; saber, por outro lado, que uma língua é SVO não nos permite prever virtualmente nada.

Esses argumentos de Comrie reforçam a idéia de que a generalização VO/OV não é perfeitamente justificável para incluir línguas SVO. Entretanto, apontam para outra direção, que é o caráter flutuante das línguas SVO, caso específico do PB, que apresenta evidência disso, nos setores da gramática sujeitos à variação. De uma forma ou de outra, sem especulação, parece inquestionável que VSO é, de uma perspectiva diacrônica, a ordem primitiva, da qual SVO se derivou, tendo em vista a harmonia que esses dois tipos mantêm com outros parâmetros de ordenação de constituintes.

(Recebido em 30/10/95. Aprovado em 29/12/96)

Referências Bibliográficas

- BERLINCK, R.de A. (1989) A construção V+SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: F. TARALLO (org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes.

- BRAGA, M. L. (1986) Construções de tópico de discurso. *Relatório final do projeto Subsídios Sociolinguísticos do Projeto Censo à Educação* (FINEP). Rio de Janeiro.
- CAMACHO, R.G. (1994) *Estrutura Argumental e ponto de vista* (mimeo.). Trabalho apresentado no VIII Seminário do Projeto da Gramática do Português Falado, Campos de Jordão.
- CASTILHO, A. T & D. PRETI. (orgs.) (1986-v.I; 1987-v.II) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- COMRIE, B. (1989) *Language universals and linguistic typology*. Chicago: The University of Chicago Press.
- DECAT, M. B. N. (1989) Construções de Tópicos em Português: uma abordagem diacrônica à luz do encaixamento no sistema pronominal: In: F. TARALLO (org.). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes.
- _____ (1983) Concordância verbal, topicalização e posposição do sujeito. *Ensaio de lingüística*, 5. 9: 9-48. Belo Horizonte.
- DIK, S.C. (1981a) *Functional Grammar*. Dordrecht/Cinnaminson: Foris Publications.
- _____ (1981b) The interaction of Subject and Topic in Portuguese. In: A. M. BOLKESTEIN *et alii*.(orgs.) *Predication and Expression in Functional Grammar*. New York: Academic Press.
- _____ (1989) *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris.
- GREENBERG, J.H. (1963) Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: _____. (ed.) *Universals of language*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- ILARI, R. *et alii* (1990) Considerações sobre a posição dos advérbios. In: A.T. CASTILHO (org.) *Gramática do português falado*. V. I: A ordem. Campinas: Editora da UNICAMP-FAPESP, p. 63-141.
- KATO, M. & F. TARALLO (1986) Anythng YOU can do in Brazilian Portuguese. In: O.JAEGGLI, & C. SILVA-CORVALÁN (orgs.). *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris.
- KATO, M. (1987) Inversão da ordem SV em interrogativas no português: uma questão sintática ou estilística? *D.E.L.T.A.*, 3.2: 243-52. São Paulo.
- LEHMANN, W. P. (1973) A structural principle of language and its implications. *Language*, 49: 47-66. Baltimore

- PERLMUTTER, D. M. (1976) Evidence for Subject Downgrading in Portuguese. In: J. SCHIMIDT-RADEFELT (ed.) *Readings in Portuguese linguistics*. North-Holland Linguistic Series 22. Amsterdam: North Holland.
- PEZATTI, E. G. (1992) *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista. Araraquara.
- PONTES, E. (1987) *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes.
- PRETI, D. & H. URBANO (orgs.) (1988) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- TARALLO, F. & M. KATO (1989) Harmonia Trans-sistêmica: Variação inter - e intralingüística. *Predição 5*. Campinas: RG.
- VOTRE, S. & A. NARO (1986) Emergência da sintaxe como efeito discursivo. *Relatório final de subsídios sociolingüísticos do Projeto Censo à Educação (FINEP)*. Rio de Janeiro.
- VENNEMANN, T. (1973) Explanation in syntax. In: J. KIMBALL (ed.) *Syntax and semantics*, v. II. New York, Academic Press.